

Daniel Vilela lidera disputa ao governo com 43,4%, mostra Paraná Pesquisas



Candidato à reeleição, governador tem 19 pontos percentuais de vantagem sobre o ex-governador Marconi Perillo.

Página 7

ESCOLA

Educação entra na pauta eleitoral, cobrando prioridade



Dados de Goiás mostram evolução inicial, mas revelam desigualdade e baixa aprendizagem que exigem políticas públicas mais efetivas.

Página 12

ENTREVISTA

WELLINGTON PEIXOTO

Presidente do PRD Goiás

“Bruno é nome número um para vice, porque vice precisa ter voto, não segmento”

A segunda melhor opção, segundo o dirigente, seria Gustavo Mendanha, seguindo esse mesmo critério de potencial eleitoral. Ele minimiza perdas que o PRD sofreu na capital, destacando a força do partido no estado, e avalia a gestão do prefeito Sandro Mabel, que, segundo ele, começa a apresentar resultados após um início turbulento.

Páginas 4,5

PENDURICALHOS



A volta dos quinquênios e seu efeito cascata

CNJ e CNMP regulamentaram decisão do STF; cientista político vê manutenção de privilégios.

Página 9

ELEIÇÕES 2026

Poder nas Casas vira voto nas urnas



Bruno Peixoto e Romário Policarpo ampliam estrutura, constroem base política e refazem rota partidária para reverter comando institucional em eleitoral.

Página 8

ITALO WOLFF

Renovação ou continuidade

O dilema de Daniel Vilela para herdar o capital político de Caiado em 2026.

Página 6

TRIBUNA POLÍTICA

Janela partidária

Filiação de Bruno Peixoto ao UB esvaziou as pretensões do PRD de eleger três deputados federais.

Página 3

PROTAGONISMO

De Anápolis para o Brasil

Lideranças políticas anapolinas ultrapassam as fronteiras do estado e ganham projeção nacional.

Página 10

EDITORIAL

Entre privilégios contidos e direitos ignorados

A recente regulamentação das chamadas verbas indenizatórias para magistrados e membros do Ministério Público representa, sem dúvida, um avanço institucional. Ao estabelecer limites mais claros para os chamados “penduricalhos”, o Supremo Tribunal Federal impõe um necessário freio de arrumação em uma estrutura remuneratória historicamente marcada por distorções, excessos e pouca transparência. A decisão, agora formalizada por resolução conjunta do CNJ e do CNMP, sinaliza algum compromisso com o princípio constitucional do teto remuneratório.

A limitação das indenizações, a padronização dos critérios e a exclusão de benefícios considerados inconstitucionais são passos relevantes para reduzir desigualdades dentro do próprio serviço público e para reforçar a confiança da sociedade nas instituições. Em um país marcado por disparidades profundas, qualquer esforço de contenção de privilégios deve ser valorizado.

No entanto, o contraste com o restante do debate nacional é inevitável. Enquanto se discute a reorganização dos ganhos de carreiras já altamente remuneradas, milhões de trabalhadores brasileiros seguem submetidos a jornadas extenuantes, à escala 6x1, frequentemente sem a devida compensação salarial ou proteção social adequada. Trata-se de um modelo de trabalho que compromete a qualidade de vida, dificulta o convívio familiar e limita o acesso ao descanso digno.

Essa discrepância revela uma assimetria estrutural nas prioridades do debate público. De um lado, ajustes necessários, porém pontuais, em benefícios de elites do funcionalismo; de outro, a ausência de avanços concretos na melhoria das condições de trabalho da base da sociedade. O país ainda hesita em enfrentar as desigualdades mais profundas que afetam a maioria da população.

O freio aplicado aos penduricalhos é bem-vindo. Mas ele precisa ser apenas o começo de uma agenda mais ampla, que coloque no centro da discussão o trabalhador comum.

ARTIGO

Mais que hábito, ler é perceber

A literatura é uma ferramenta poderosa de desenvolvimento e conexão humana. E o mercado editorial brasileiro passa, agora, por um momento bom: temos mais leitores, mais interesse por livros, mais vendas e, especialmente, um crescimento consistente da narrativa ficcional. Mais do que quantitativo, esse movimento revela uma mudança qualitativa na forma como as pessoas se relacionam com a leitura.

Enquanto leitor e escritor, percebo com clareza que sempre associei o hábito de ler a um processo maior, de construção de percepção sobre a vida e sobre o mundo. Cada história amplia a minha compreensão sobre comportamento humano, tomada de decisões e consequências. E ao migrar da posi-

ção de leitor para a de escritor, essa percepção se intensificou.

No desenvolvimento do meu primeiro romance, “Até que a Morte se Disfarce”, parti justamente da ideia de que nem tudo que parece natural necessariamente é. O comportamento humano pode nos surpreender. E a ficção permite explorar esses temas complexos das relações humanas, como ambição, medo e poder, sem a necessidade de respostas definitivas.

Por isso penso que incentivar novos leitores passa por tornar a experiência de leitura ainda mais acessível e relevante. E as narrativas ficcionais ocupam um espaço singular nesse cenário. Diferente de conteúdos informativos, a ficção não se limita a transmitir conhecimentos diretos. Ela constrói expe-

ARTIGO

IA contra o câncer: promessa urgente

O Dia Mundial de Combate ao Câncer, celebrado no último dia 8 de abril, reforça uma mobilização global concreta: governos, profissionais de saúde e a sociedade reconhecem a dimensão de uma doença que permanece entre as principais causas de morte no mundo. Consciência não falta — o que ainda falta são respostas à altura do problema.

Os números são contundentes. Segundo o Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos (NCI), quase 20 milhões de novos casos e 9,7 milhões de mortes por câncer foram registrados globalmente nos últimos anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) vai além: estima que entre 30% e 50% dos casos poderiam ser prevenidos ou tratados com sucesso se detectados precocemente. Ou seja, não se trata apenas de uma crise de saúde, mas de uma falha em transformar conhecimento em ação.

É nesse ponto que a inteligência artificial (IA) ganha relevância. Sua capacidade de analisar exames, cruzar históricos clínicos e identificar padrões pode acelerar diagnósticos e ampliar

significativamente as chances de cura. Em teoria, responde diretamente ao principal gargalo do câncer: o tempo.

Na prática, porém, essa revolução ainda avança de forma lenta. A principal barreira não é tecnológica, mas estrutural. Sistemas de saúde permanecem fragmentados, com dados dispersos e pouco padronizados. A IA depende de volume e qualidade de informação — e, sem isso, seu potencial se reduz de forma significativa. Além disso, o compartilhamento de dados esbarra em preocupações legítimas com a privacidade, criando um impasse entre proteger o paciente e avançar no cuidado.

Outro obstáculo está na confiança. Muitos algoritmos operam como “caixas-pretas”, sem transparência suficiente para que médicos compreendam como determinadas conclusões são alcançadas. No tratamento do câncer, onde as decisões são críticas e personalizadas, essa opacidade limita a adoção.

A regulação também influencia esse cenário. Enquanto alguns países avançam na incorporação de tecnologias baseadas em IA, outros ainda enfrentam incertezas nor-

mativas. O resultado é um avanço desigual, que pode ampliar as diferenças no acesso ao diagnóstico e ao tratamento. E há um fator que não pode ser ignorado: o tempo continua correndo contra o paciente. Cada atraso na incorporação de ferramentas capazes de antecipar diagnósticos ou aprimorar decisões clínicas representa oportunidades perdidas.

O combate ao câncer já mobiliza o mundo, com dados, evidências e estratégias bem estabelecidas. O desafio agora é avançar: transformar a inteligência artificial em uma ferramenta cotidiana, integrada e confiável. Não como promessa futura, mas como resposta concreta a uma urgência que já conhecemos — e mensuramos — com precisão.



José Israel Sánchez Robles é médico intensivista e nutrólogo

nuances únicas em cada texto.

Incentivar a leitura, portanto, não é apenas incentivar o hábito. É criar proximidade com o leitor e incentivar a capacidade de pensar com profundidade. E nisso, a ficção, e aqui faço

menção honrosa a todos os colegas autores nacionais, pode ser uma peça-chave.



Danilo Quartiero Filho é economista, empresário, escritor e autor do livro “Até que a Morte se Disfarce”.



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Tribuna Política

Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Nem agro, nem evangélico; vice tem que ter voto

Pacificado?

Gilberto Kassab, presidente do PSD, postou em suas redes sociais a declaração de apoio do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, a Ronaldo Caiado na campanha para presidente da República. Resta saber se ele vai se engajar na campanha.

Disputa nas redes

Levantamento da Ativaweb sobre a presença dos candidatos a presidente da República aponta que Lula lidera em volume de seguidores, com 14,5 milhões. Flávio Bolsonaro (PL) aparece em segundo, com 9,3 milhões, enquanto Ronaldo Caiado (PSD) soma 2,1 milhões.

Direita fragmentada

No campo do engajamento, Flávio Bolsonaro lidera, com taxa de 1,25%, Lula registra 0,38% e Ronaldo Caiado registra crescimento de 1,68% no engajamento, indicando um movimento de expansão ainda inicial, mas relevante dentro do campo conservador, avalia o estudo. Caiado dialoga com setores mais tradicionais e institucionais da direita, e disputa espaço com o núcleo bolsonarista, contribuindo para a fragmentação de audiência e engajamento.

Tecnologia na fatura

Prestação de contas de agosto de 2025 mostra que Sandro Mabel usou o cartão corporativo da Prefeitura de Goiânia para adquirir o Plaud, dispositivo de IA que grava reuniões, transcreve, identifica participantes e resume conversas. O gasto com o "secretário digital" foi de R\$ 1.670,79.

Uso ampliado

O cartão, destinado a despesas de pequena monta, banca de refeições a passagens — e agora também tecnologia. Em janeiro de 2026, o limite do cartão subiu de R\$ 120 mil para R\$ 165 mil.



Divulgação

A disputa pela vice de Daniel Vilela (MDB) está cada vez mais acirrada. José Mário Schreiner e Luiz do Carmo, ambos do PSD, e Gustavo Mendanha (PRD), estão um passo à frente, mas o nome de Bruno Peixoto vem ganhando expressão nos últimos dias. Enquanto Zé Mário e Luiz do Carmo se apresentam como representantes de segmentos fortes da direita, Gustavo e Bruno têm a favor votos. Gustavo já demonstrou seu potencial nas urnas e

Bruno é a grande promessa de votos em 2026. Os dois têm uma ligação forte com o mago Jorcelino Braga, que joga nos bastidores, e joga bem. A estratégia passa por diminuir o peso dos segmentos do agronegócio e evangélico e o discurso já está na ponta da língua: Ronaldo Caiado (PSD) já representa o agro, a chapa não precisa de outro representante; já os evangélicos são diversos e a escolha de um representante pode melindrar os demais segmentos.

Pós-janela partidária



Reprodução

As mudanças na janela partidária trouxeram poucas alterações no cenário eleitoral, que já está praticamente definido. As alterações impactaram a formação de chapas proporcionais, e as duas principais foram a volta de Gustavo Mendanha para o PRD, deixando o PSD, e a saída de Romário Policarpo do PRD e se filiando ao PSDB. Além da filiação de Bruno Peixoto ao UB, que esvaziou as pretensões do PRD de eleger três deputados federais.

Novo arranjo

A filiação de Roller ao PSDB ocorre em meio a uma reorganização política no Estado. Primo em segundo grau do ex-governador Ronaldo Caiado, ele passa a integrar o grupo de Marconi após anos de divergência pública e disputas judiciais.

Os votos de Vanderlan e Kajuru

Deve ocorrer no dia 29 de abril, no Senado, a sabatina de Jorge Messias, indicado pelo presidente Lula para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O senador Wilder Moraes, do PL, consta na lista do deputado Gustavo Gayer (PL) como voto contra. O senador Vanderlan Cardoso (PSD) não costuma abrir o voto em eleições para o STF. A exceção foi na sabatina do ministro André Mendonça, para quem ele inclusive fez campanha. No caso do ministro Flávio Dino, ele relatou que votou contra apenas um ano depois da sabatina. Jorge Kajuru (PSB) não se manifestou ainda. A direita pressiona para que os senadores divulguem o voto.

Secult e as cotas

A execução da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em Goiás virou alvo de questionamento no TCE-GO. Ofício enviado pelo Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Gestão (IADG) acusa a Secretaria de Cultura de descumprir regras de cotas no Edital nº 16/2026, destinado a ações culturais no estado. Segundo a entidade, o modelo adotado pela pasta teria reduzido, na prática, a participação de pessoas negras, indígenas e com deficiência, contrariando a legislação federal que estabelece percentuais mínimos de inclusão. A Secretaria de Cultura de Goiás negou qualquer irregularidade e indeferiu a impugnação do edital.

De processado a aliado

O ex-prefeito de Formosa, Ernesto Roller, teve ações judiciais movidas pelo ex-governador Marconi Perillo retiradas dos registros públicos logo após sua filiação ao PSDB, oficializada na última semana. Até então, parte dos processos ainda aparecia em tramitação no Judiciário goiano.

Mudança de posição

Crítico de Marconi em anos anteriores, Roller chegou a ser condenado a indenizá-lo por ofensas pessoais. O histórico de enfrentamento judicial, no entanto, foi substituído por alinhamento político com a entrada no partido comandado nacionalmente pelo ex-governador.

ENTREVISTA WELLINGTON PEIXOTO

“Bruno é nome número um para vice, porque vice precisa ter voto, não segmento”

Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

Em 2024, o PRD saiu fortalecido das eleições municipais, com eleição de três vereadores na capital, incluindo o presidente da Câmara, vereador Romário Policarpo, que deixou o partido. O partido encolheu?

TRIBUNA DO PLANALTO

Em relação a Goiânia, sim, mas em relação ao estado, cresceu para oito deputados estaduais, uma das maiores bancadas na Assembleia Legislativa, demonstrando que é um partido que tem preocupação em crescer, e com a federação se fortaleceu mais ainda. E hoje Lucas Calil é um grande nome para ser deputado federal também. Em relação ao Estado cresceu bastante.

A ida de Policarpo para a federação Cidadania-PSDB foi lida como um movimento natural de busca por espaço. O senhor acredita que ele terá mais oxigênio político lá do que teria no PRD para o seu projeto de 2026?

Não foi nem por busca de espaço; foi pela sobrevivência da candidatura, porque ele tentou de todas as formas um partido da base. Ia ficar no PRD, mas Bruno (Peixoto), que até então era presidente da federação, tinha feito compromisso com os deputados estaduais de fazer uma chapa competitiva para os deputados estaduais. Para o Policarpo, sem mandato de deputado estadual, ficou difícil. Ele tentou ir para o Mobiliza, para o Democratas, para o DC, tentou formar uma chapa no Avante, mas infelizmente não deu. O governador tentou ajudar, mas quando falava o nome do Policarpo, as chapas acabavam. Foi assim no DC: quando o pessoal descobriu que havia alguns nomes fortes, eles foram para outro lado e montaram um grupo (com candidatos com) máximo de 20 mil votos, e eles acreditam que o Policarpo tenha mais de 30 mil votos. Ficou difícil para ele entrar no



Fotos: Divulgação

Wellington Peixoto

Presidente do PRD Goiás

O presidente do PRD em Goiás, Wellington Peixoto, afirma que, apesar de perdas recentes em Goiânia, o partido saiu fortalecido das últimas eleições e ampliou sua presença no cenário estadual. Em entrevista, ele destaca o crescimento da sigla na Assembleia Legislativa, onde passou a contar com uma das maiores bancadas, e projeta novos avanços nas eleições de 2026. Peixoto atribui a saída de lideranças como Romário Policarpo e Bruno Peixoto a movimentos de “sobrevivência política”, diante das dificuldades de composição de chapas competitivas. Ainda assim, reforça que o partido mantém musculatura e capacidade de articulação, especialmente após a formação da federação com o Solidariedade. No cenário eleitoral, o dirigente defende que o PRD deve priorizar a construção de chapas fortes para deputado estadual e federal, apostando em nomes como Lucas Calil para puxar votos. Ele avalia que a legenda pode conquistar até duas cadeiras na Câmara dos Deputados,

dependendo do desempenho coletivo. Ao tratar da disputa majoritária, Wellington é enfático ao declarar apoio “incondicional” ao vice-governador Daniel Vilela (MDB) e descarta qualquer projeto alternativo dentro do partido. Segundo ele, a prioridade é contribuir para a vitória do aliado já no primeiro turno. A discussão sobre a vice-governadoria também ganha destaque. Para Peixoto, o critério principal deve ser a capacidade eleitoral, e, nesse contexto, ele aponta o deputado Bruno Peixoto como o nome mais competitivo para compor a chapa, além de citar Gustavo Mendanha como outra possibilidade. O presidente do PRD também comenta a relação com a base governista, defende espaço político para o partido e avalia a gestão do prefeito Sandro Mabel, que, segundo ele, começa a apresentar resultados após um início turbulento. A entrevista revela um partido em movimento, que busca consolidar espaço, ampliar alianças e se posicionar como peça relevante no tabuleiro político goiano.

“ Eu acredito que a federação possa fazer seis deputados: Wagner Neto, Júlio Pina, Cristiano Galindo, Alessandro Moreira, Coronel Adailton, Cristóvão Tormim e Anderson Teodoro. Desses, é difícil falar, mas para mim o que mais destaca é o Wagner Neto. ”

partido. A escolha do PSDB/Cidadania foi de última hora, eu tava junto com ele na sexta, no sábado e no domingo, foi um momento de sobrevivência. No sábado, 9 horas, 10 horas da noite que ele se filiou.

O apoio dele agora é do Marconi Perillo (PSDB)?
Tem que ser.

Sem Policarpo, quem passa a ser o principal puxador de votos da federação na chapa estadual?

Eu acredito no Wagner Neto (SD), que é um grande puxador de votos. Eu acredito que a federação possa fazer seis deputados: Júlio Pina, Cristiano Galindo, Alessandro Moreira, Coronel Adailton, Cristóvão Tormim e Anderson Teodoro. Desses, é difícil falar, mas para mim o que mais destaca é o Wagner Neto. Os outros estão na disputa em igualdade.

E para deputado federal, qual a expectativa?

A chapa hoje pode fazer dois, mas depende do desempenho dos demais. Para mim, o puxador de voto é o Lucas Calil, e a chapa tem o Pedro Canedo, que foi várias vezes deputado federal; Bill Guerra, que foi vereador por Goiânia; Gabriela Rodarte, também foi vereadora por Goiânia; a doutora Cristina Lopes, foi vereadora também; Denes Pereira; JP, que foi uma indicação do Mendanha, também vai disputar federal; e tem outros nomes. Eu vejo que a chapa está bastante competitiva também para federal, e pode vir a fazer a

segunda vaga pelo coeficiente 80/20 (Somente partidos e candidaturas que chegam a, no mínimo, 80% do quociente eleitoral podem participar da disputa por cadeiras restantes).

Gustavo Mendanha afirmou ter retornado ao PRD para manter-se na base do Daniel Vilela (MDB) e ser candidato na chapa majoritária da base aliada. Caso não seja o escolhido, qual a possibilidade de ele ser candidato ao Senado pelo PRD?

O PRD tem autonomia de escolher seus candidatos, tem total autonomia. Gustavo vai ser o presidente da federação, Jorcelino Braga, principalmente, gosta muito do Mendanha. Eu liguei para ele no dia em que ele foi retornar ao PRD e, assim, as portas estão abertas para ele, naquilo que ele quiser. Ele é um bom nome para vice também, deputado, Senado, Gustavo Mendanha pode realmente escolher aquilo que ele pretende.

Lançar Gustavo Mendanha ao Governo de Goiás é um plano que está na mesa? Houve fala do vereador Tião Peixoto nesse sentido?

Não, eu sou 100% Daniel. Se ele se candidatar, mesmo assim eu apoio Daniel. Eu já declarei isso, meu apoio é incondicional ao Daniel Vilela.

Mas essa possibilidade está na mesa?

Não, eu espero que não. Quando ele foi para o PRD, não falou em ser candidato ao governo. Eu acredito que ele queira ser visto e foi com a intenção da vice.

Gustavo Mendanha já adiantou que não disputa a eleição para deputado federal e também não será candidato ao Senado em um cenário de candidaturas múltiplas. Se ele não conseguir a vice, qual o cargo que poderia disputar?

Aí é apoiar o Daniel, fazer uma chapa para que Daniel possa vencer no primeiro turno. Sem disputar, ele pode ajudar a chapa federal, a estadual, e juntar o partido com o Daniel.

O PRD pode lançar algum candidato ao Senado?

Não tem essa discussão, mas nada é impossível. Por que não? Nós não perde-

mos. E o Solidariedade é um partido que é forte hoje, é um dos maiores, como eu disse. Tem nomes competitivos, então, ótimo, mas ainda não entrou nessa discussão, não tem essa pauta ainda.

Em relação à saída de Bruno Peixoto (UB) do PRD, como Paulinho da Força (SD) recebeu a mudança?

Ele ficou muito decepcionado, todos ficaram. O Bruno ficou muito triste também. Por mais que dependia da vontade dele, mas o governador (Daniel Vilela) ligou, Ronaldo Caiado ligou, porque se Bruno não fosse para o UB, Daniel poderia perder o partido. O União Brasil, com tempo de televisão, estrutura e fundo partidário, tanto poderia ir para o PSDB como também para o PL. Foi uma questão de sobrevivência também. Da mesma forma, o Policarpo, que foi para o outro lado por sobrevivência política. Bruno precisou também fazer uma escolha.

A presidência do União Brasil está garantida para Bruno Peixoto?

Sim. Esse é um compromisso do presidente Antônio Rueda.

O Bruno Peixoto

ficou muito triste também. Por mais que dependia da vontade dele, mas o governador (Daniel Vilela) ligou, Ronaldo Caiado ligou, porque se Bruno não fosse para o UB, Daniel poderia perder o partido.

Qual é o impacto da saída do Bruno Peixoto para a Federação PRD-Solidariedade, considerando que ele era o grande nome da federação?

Com o Bruno, eram três deputados federais garantidos. Hoje, tem garantido uma e podemos fazer duas. É diferente, totalmente.



Bruno seria um bom candidato a vice e ele teria interesse na vaga?

Ele fala que não, mas Bruno é muito de grupo, de projeto político. Para mim, não é porque ele é meu irmão, não tem um nome melhor do que o Bruno. Não tem nome que agrega eleitoralmente para o Daniel, a não ser o Bruno. Ele é o número um para deputado federal, tem uma base muito consolidada, muito forte e para mim hoje não existe nome melhor.

Daniel busca no vice agregar alguns setores em especial, o agro e o segmento evangélico. Bruno atende a esse critério?

No interior, o Bruno está muito forte, claro que o agro não é a bandeira do Bruno, que é católico, mas ele tem muitos pastores que o apoiam. Luiz do Carmo tem um segmento evangélico só, e isso cria uma inimizade com as outras agregações evangélicas. É melindroso. Caiado é do agro; Daniel não precisa de um representante do agro na vice. Caiado representa muito bem o agro.

A candidatura de Daniel precisa de qual

perfil de vice?

Para mim, ele não precisa de segmento, ele precisa de voto. Para mim, hoje, primeiro, Bruno, e segundo, Gustavo Mendanha, quem mais agrega eleitoralmente. Depois vêm os outros nomes.

Seu pai é filiado ao PSDB, que tem o ex-governador como candidato ao governo. Há chances de a federação apoiar um projeto de oposição?

Hoje não. O Jorcelino Braga gosta muito do Daniel e eu perguntei para ele, no momento em que o Bruno saiu e eu permaneci na presidência: "Braga, nós vamos continuar na base?" Ele falou assim: "sim". A política é muito dinâmica, mas eu acredito que o objetivo hoje é continuar na base.

Esse também é o sentimento do Solidariedade ou há possibilidade de divisão na Federação em relação ao apoio a Daniel ou à oposição?

Não, não há. Hoje não há.

O que poderia provocar uma mudança de rumo?

Política é feita de espaço, de compromisso. Se o Daniel, o governo não quiser por perto o PRD, é natu-

ral que ele busque alguém que lhe dê uma oportunidade para crescer ainda mais. Isso aí é natural. O governo tem que demonstrar que o PRD é importante para ele.

E como seria essa demonstração?

Fazendo compromisso, se não for um compromisso agora, um compromisso futuro, de que o partido vai ajudar a administrar. A sobrevivência de um partido é essa, estar junto com o governo, crescer junto com o governo. Se o tratamento for igualitário, não tem porque não caminhar junto.

O senhor hoje conta com quadros da sua confiança na prefeitura, como o secretário Juliano Santana, que comanda a Secretaria de Habitação. Como o senhor avalia a administração do prefeito Sandro Mabel até aqui? Ele tem atendido às expectativas?

Eu acredito que Mabel está fazendo uma boa gestão. Ele está mudando, porque no início foi turbulento, teve algumas patinadas e é natural isso, no primeiro ano. Mas agora está engrenando, a cidade está começando a ver as obras, as pavimentações. Ele está dando uma cara nova à cidade de Goiânia e nós estamos ajudando na regularização. Ele está querendo bater o recorde de entrega, de regularização. Mais de mil escrituras já foram entregues e vai fazer a contratação de uma empresa agora, por meio de licitação, para realmente entregar mais de 10 mil estruturas ainda esse ano. O Sandro está preocupado não só com a estrutura básica, com asfalto, com a pavimentação, mas está preocupado em dar mais dignidade para as pessoas, entregar de fato a documentação, tem pessoas esperando a documentação há mais de 30 anos. Sandro está no caminho certo.

O senhor deve disputar a eleição para deputado?

Não, estadual de forma alguma, por causa do compromisso que eu tenho com o Policarpo. Sou diretor da Câmara há sete anos, praticamente, e não seria leal com o Policarpo se eu me candidatasse. Se o Bruno for vice, aí sim eu sairia para federal.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

Análise

Italo Wolff
wolffic@gmail.com

ELEIÇÃO 2026

Renovação ou continuidade? O dilema de Daniel Vilela para herdar o capital Político de Caiado em 2026

Divulgação

O peso dos 84% de aprovação é a fidelidade à base política estabelecida pelo governo anterior em detrimento de uma marca própria

Em 2022, quando Ronaldo Caiado atraiu Daniel Vilela para sua chapa, o então governador de Goiás cumpriu dois objetivos: um no campo eleitoral, mais imediato; e outro no campo da concepção de governo, do discurso. A meta eleitoral era fragmentar as oposições, isolando Gustavo Mendanha (seu principal adversário na época) e impedindo que a parte do establishment representada pelo filho de Maguito se aliasse à onda bolsonarista capitaneada por Vitor Hugo naquele pleito.

O segundo objetivo, de formulação política, rende frutos agora, em 2026. Ao abrir portas para o político jovem, não apenas nos bastidores mas em posições de evidência do governo, a chapa viabilizou o discurso de renovação para uma candidatura que é de continuidade. Parece contraditório, mas as pesquisas mostram que a “renovação do governo” não é paradoxal: Daniel Vilela é associado com mudança, sem representar, de fato, a alternância. (Ele não é o único, é claro. Wilder Moraes, do PL, pode reivindicar para si o posto de verdadeira novidade política. Marconi Perillo, por outro lado, não pode.)

O atual governador está brifado do projeto ao menos desde 2024, quando Caiado revelou publicamente sua intenção de disputar a Presidência, e agora materializa o discurso de “renovação governista”. Em cerimônia de posse, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Daniel Vilela afirmou que seguirá o caminho da antiga gestão. Discursou: “Se o presente é

esse Goiás que dá certo, o futuro é nossa responsabilidade de fazermos juntos. Podem ter certeza, é o que faremos. Seguiremos no mesmo ritmo. A transformação de Goiás não vai parar, continuará e vai avançar. O trabalho que mudou a história goiana terá um guardião fiel e obstinado”.

A escolha de palavras significa que o novo governador quer tranquilizar o eleitorado consolidado de Caiado com a promessa de que não haverá rupturas bruscas. O movimento revela cautela em um ano de eleições difíceis. São difíceis todas as eleições que têm um personagem novo como favorito — como o público perceberá Daniel Vilela em debates? Como se sairá sob pressão? Diferentemente do comportamento de Wilder e Marconi, isso ainda não se sabe.

Embora o atual e o ex-governador tenham associado suas imagens ao fazer uma transição antecipada de governo, e embora essa associação ainda vá se aprofundar quando um subir no palanque do outro, o fato inescapável é que Daniel Vilela não é Ronaldo Caiado. Enquanto a atuação de Ronaldo Caiado está ligada ao movimento ruralista no período da redemocratização, Daniel Vilela tem berço palaciano. Enquanto a atuação política da família Caiado em Goiás remonta a 1892, Daniel Vilela tem a modernidade como plataforma de governo. Não à toa, falou na ocasião de sua posse sobre a nova estatal Goiás Tecnologia, modernização da máquina pública e serviços informatizados.

Neste sentido, é impossível que as diferenças se expressem, e é inevitável que marcas individuais sejam deixadas na gestão, mesmo que o governador negue a intenção de fazê-lo. É apenas mais provável que Daniel Vilela execute um plano mais personalista em seu eventual segundo mandato. Distanciar-se agora de um governo que tem 84,7% de aprovação (segundo Paraná Pesquisas do último dia 7) seria um tiro no pé eleitoral.

Corroborar essa interpreta-



Não estou em busca de marca, estou em busca de continuar o trabalho que Ronaldo Caiado implantou em nosso estado. Vou promover os avanços que são necessários e que o governador não teve tempo, em razão de ter recebido o estado como recebeu.”

Daniel Vilela

ção o fato de que Daniel Vilela anunciou 18 mudanças em órgãos do primeiro escalão (quase metade do total de 39 agências e secretarias), e 16 desses nomes já pertenciam ao governo Caiado. A maioria das trocas se deve à desincompatibilização de secretários que deixam os cargos para disputar as eleições deste ano. Ou seja, não houve sustos para a coalizão de apoio montada em 2022. É esse grupo que Caiado pretende transferir a Vilela,

mas essa transferência só ocorre quando há garantia de que o mesmo prestígio lhes será dispensado — caso contrário, podem dar ouvidos às ofertas dos concorrentes.

Além do poder da máquina, é exatamente a escassez de boas ofertas que justifica o favoritismo de Vilela. Segundo levantamento da Paraná Pesquisas publicado na última terça-feira, o atual governador surge à frente na pesquisa estimulada com 43,4% das intenções de votos. Wilder Moraes foi de quarto para terceiro colocado em relação à pesquisa anterior, e agora tem 11,5%. Marconi Perillo segue com 24,4% — a boa notícia para ele é que sua rejeição caiu dois pontos percentuais. O levantamento anterior é de dezembro de 2025.

Em eleições majoritárias, lideranças locais significam palanques para receber o candidato ao palácio. A falta de uma oposição bem articulada para disputar essas lideranças pode ser verificada pelo número de prefeitos e parlamentares em partidos da base. São 125 prefeitos do UB (ex-partido de Caiado) e MDB; o segundo grupo com mais representantes é o PL, com 13. Como Wilder Moraes circulará pelo interior? O PL é o segundo também na Alego, onde tem três representantes, contra seis do MDB.

Aliás, sob Daniel Vilela, uma mudança de postura em relação ao PL pode estar em

curso. Uma das únicas mudanças no secretariado envolvendo um nome que não fazia parte do governo anteriormente é aquela na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego). O presidente da Companhia, Luiz Antônio Oliveira Rosa, foi indicado pelo prefeito Márcio Corrêa (PL), de Anápolis.

Enquanto Ronaldo Caiado apoiou Eerizania Freitas (UB) em 2024 para a Prefeitura de Anápolis, Daniel Vilela é próximo de Márcio Corrêa, que foi do MDB. Em evento de anúncio de um Hemocentro na última quinta-feira, Corrêa afirmou que em 2026 apoiará o emedebista em detrimento de Wilder Moraes, do seu partido.

Não que Ronaldo Caiado tenha dispensado o PL, ou escolhido antagonizá-lo. Pelo contrário. Durante boa parte de 2025, o ex-governador tentou trazer para perto Wilder e Gayer (PL) para se tornar o candidato apoiado por Jair Bolsonaro. O que Márcio Corrêa oferece de novo é a possibilidade de operar no PL aquilo que Gustavo Mendanha operou no PSD, modificando as relações com o partido por dentro.

PREOCUPAÇÃO IMEDIATA

Talvez pela relativa juventude, talvez pela forma de falar mais branda do que a de seu antecessor, parece haver por parte da equipe de comunicação de Daniel Vilela um receio de que a firmeza na segurança pública não seja tão bem transmitida para o eleitor. É importante que se destaque: a política de repressão ao crime é a principal razão da aprovação de Caiado.

Além de ter afirmado em discurso de posse que “a melhor força de segurança do Brasil vai continuar tendo o mesmo apoio”, Daniel Vilela manteve os comandantes das forças de segurança, e garantiu que “Renato Brum (SSP) fica”. Dez dias após a posse, uma das primeiras ações de governo foi lançar uma operação policial preventiva e ostensiva (Operação Tiradentes) e entregar R\$ 28,5 milhões em equipamentos às forças de segurança.

ELEIÇÕES 2026

Daniel Vilela lidera disputa ao governo com 43,4%, mostra Paraná Pesquisas

Candidato à reeleição, governador tem 19 pontos percentuais de vantagem sobre o ex-governador Marconi Perillo

Da Redação

O governador Daniel Vilela (MDB) lidera a disputa pelo governo de Goiás nas eleições de outubro. Pré-candidato à reeleição, o emedebista tem 43,4% das intenções de voto em cenário estimulado e vantagem de 19 pontos percentuais sobre o ex-governador Marconi Perillo (PSDB). O levantamento foi realizado pela Paraná Pesquisas e divulgado na terça-feira (7/4).

O ex-governador tucano tem 24,4% das menções estimuladas. Em terceiro lugar, o senador Wilder Moraes (PL) tem 11,5% das intenções de votos. A deputada federal Adriana Accorsi (PT) registra



Daniel Vilela lidera disputa ao governo com 43,4%, mostra Paraná Pesquisas

9,2%. Telêmaco Brandão (Novo) tinha 1,1% e agora marca 0,3%. Os indecisos são 5%, enquanto brancos e nulos somam 6,3%.

Em dezembro, Daniel Vilela tinha 39,3% e o tucano os mesmos 24,4%. O emedebista cresceu 4,1 pontos e o tucano manteve o percentual.

A vantagem sobre Marconi passou de 14,9 para 19 pontos nesse período.

Já Wilder oscilou 2,3 pontos para cima — ele aparecia com 9,2% em dezembro. Em caminho inverso, Adriana perdeu 3,3 pontos. Apesar da inversão, o senador e a deputada seguem tecnicamente empatados.

OUTROS CENÁRIOS

Sem Marconi na disputa, Daniel Vilela avança para 54% das intenções de voto. Nesse cenário, o emedebista abre 38,6 pontos sobre Wilder Moraes, o segundo colocado com 15,4%. Com 14,3%, Adriana Accorsi mantém o empate técnico com o senador. Telêmaco Brandão

registra 0,7%. Indecisos são 6,4%; brancos e nulos, 8,8%.

Em outro cenário, ex-deputado Luís César Bueno substitui Adriana Accorsi como nome do PT na corrida pelo governo. Daniel Vilela lidera com 46,6%, Marconi aparece com 26,9% e Wilder Moraes registra 11,6%. O petista tem apenas 1,9% das intenções de voto. Os indecisos são 5,5%, enquanto brancos e nulos somam 7,4%.

No levantamento espontâneo, quando os nomes não são apresentados ao eleitor, o governador Daniel Vilela lidera com 13,1%. Em segundo, Marconi tem 5,9%. Wilder é lembrado por 3,9% e Adriana Accorsi, por 0,6. Os indecisos são a grande maioria, com 67,3%. Brancos e nulos somam 5,8%.

A Paraná Pesquisas entrevistou, entre os dias 1º e 3 de abril, 1.310 eleitores em 60 municípios. A margem de erro do levantamento é de 2,8 pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi encomendada pelo Jornal Opção e está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o número GO-09885/2026.

Gracinha Caiado lidera corrida ao Senado; Vanderlan e Gayer empatam em segundo

A ex-primeira-dama Gracinha Caiado (União Brasil) lidera a disputa por uma das vagas de Goiás ao Senado Federal. O senador Vanderlan Cardoso (PSD), que concorre à reeleição, e o deputado federal Gustavo Gayer (PL) estão tecnicamente empatados em segundo lugar. Nesta eleição serão eleitos dois senadores. Os números são da Paraná Pesquisas divulgados na terça-feira (7/4).

Gracinha tem 39,1% das intenções de voto no levanta-

mento estimulado. Em segundo, Vanderlan tem 28,5% das menções. Ele está tecnicamente empatado com Gayer, que soma 27,5%. Logo abaixo, o deputado federal Zacharias Calil, recém-filiado ao MDB, marca 22,4% das intenções de voto.

Alexandre Baldy, que deixou a presidência da Agehab para concorrer ao cargo, aparece com 11,8% das intenções de voto. O deputado estadual Amauri Ribeiro (PL) tem 6,3%. O ex-deputado Luís César Bueno (PT), 4,3%. O vereador

Divulgação



Gracinha Caiado lidera corrida ao Senado, revela pesquisa

Oséias Varão, também do PL, é lembrado por 2,1%. O advogado Iure Castro (Novo) tem 1,9%. Os indecisos são 7,6%; brancos e nulos, 9,5%.

A Paraná Pesquisas entrevistou, entre os dias 1º e 3 de abril, 1.310 eleitores em 60 municípios. A margem de erro do levantamento é de 2,8 pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi contratada pelo Jornal Opção e está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o número GO-09885/2026.

Marconi Perillo tem a maior rejeição ao governo de Goiás, aponta Paraná Pesquisas

O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) registra 37,3% de rejeição entre os eleitores goianos, segundo levantamento da Paraná Pesquisas divulgado nesta terça-feira (7/4). O índice é o mais alto entre os nomes testados para o governo de Goiás.

Na sequência, Adriana Accorsi (PT) aparece com 21,6% de rejei-

ção. Wilder Moraes (PL) registra 13,4% e Luís César Bueno (PT), 12,2%. O governador Daniel Vilela (MDB), candidato à reeleição, tem 11,7%, enquanto Telêmaco Brandão (Novo) soma 9,4%. Entre os entrevistados, 13,5% afirmam não rejeitar nenhum dos nomes e 10,3% não souberam opinar.

A pesquisa também medi-

as intenções de voto. No principal cenário estimulado, Daniel Vilela tem 43,4%, seguido por Marconi Perillo, com 24,4%. Wilder Moraes aparece com 11,5% e Adriana Accorsi, com 9,2%. Telêmaco Brandão registra 0,3%. Indecisos somam 5% e brancos e nulos, 6,3%.

Em cenário sem Marconi

Perillo, Daniel Vilela registra 54%. Wilder Moraes tem 15,4% e Adriana Accorsi, 14,3%. Telêmaco Brandão aparece com 0,7%. Indecisos somam 6,4% e brancos e nulos, 8,8%.

No terceiro cenário, com Luís César Bueno no lugar de Adriana Accorsi, Daniel Vilela tem 46,6%. Marconi Perillo regis-

tra 26,9% e Wilder Moraes, 11,6%. Luís César Bueno aparece com 1,9%. Indecisos somam 5,5% e brancos e nulos, 7,4%.

Na pesquisa espontânea, Daniel Vilela tem 13,1%. Marconi Perillo registra 5,9% e Wilder Moraes, 3,9%. Adriana Accorsi aparece com 0,6%. Indecisos somam 67,3% e brancos e nulos, 5,8%.

ESTRUTURA

Poder institucional vira capital eleitoral para presidentes dos Legislativos

Fotos: Divulgação

Mudanças partidárias na janela fecham ciclo iniciado com ampliação de estrutura, emendas e influência política

Lucas de Godoi

As movimentações dos presidentes da Câmara de Goiânia, Romário Policarpo, e da Assembleia Legislativa de Goiás, Bruno Peixoto, na reta final da janela eleitoral, são o ponto mais visível de um processo de ganho político que começou dentro das próprias Casas. Antes de redesenharem suas rotas partidárias, ambos já haviam transformado o comando institucional em base política, o que explica o crescimento eleitoral e os novos projetos para 2026.

No fechamento do prazo legal para troca de legendas, Policarpo mudou de campo ao buscar uma chapa menos congestionada na federação PSDB-Cidadania, inserida em um projeto de oposição, enquanto Bruno recuou de uma saída de partido e assumiu o comando do União Brasil, o que amplia seu controle sobre a própria disputa. Em ambos



Presidentes da Câmara e da Alego ampliam estrutura, fortalecem base política e alçam novos voos



os casos, os presidentes redesenharam os caminhos partidários a partir de um mesmo critério, o de transformar a base construída em vantagem eleitoral.

No caso de Policarpo, ele parte para uma nova disputa em ascensão, cuja evolução nas urnas acompanha a ampliação do seu controle político na Câmara. Ele saiu de 3.185 votos em 2016 para 4.541 em 2020 e chega a 11.496 em 2024, já como um dos principais nomes da capital. Esse crescimento ocorre no mesmo período em que consolida quatro mandatos consecutivos na presidência e amplia sua influência sobre a estrutura da Casa, ao mesmo tempo

em que desfrutava de grande espaço na gestão de Rogério Cruz (SD).

A implementação de cerca de R\$ 5 milhões anuais em emendas parlamentares, a criação da Cota de Exercício de Atividade Parlamentar (CEAP) e a ampliação de cargos e verbas de gabinete aprovadas pelo plenário criam condições para que o mandato opere com presença contínua nos bairros e com maior capacidade de resposta imediata. Na prática, isso reduz a distância entre estrutura pública e capital eleitoral, permitindo que a atuação institucional seja convertida em apoio político organizado.

É nesse ponto que o

comando da Câmara deixa de ser apenas uma função administrativa e passa a funcionar, na prática política, como plataforma de construção eleitoral. A presidência concentra capacidade de articulação, distribuição de recursos e influência sobre a estrutura, o que amplia o alcance político de quem ocupa o cargo. A mudança partidária, nesse contexto, não inaugura o projeto, apenas ajusta o caminho para que esse capital acumulado tenha maior eficiência na disputa por uma vaga na Assembleia.

A filiação ao Cidadania fecha um movimento marcado por idas e vindas. Policarpo chegou a ser anuncia-

do no Avante e deu declarações públicas sobre a escolha, mas recuou, retomou conversas com Daniel Vilela e Ronaldo Caiado em busca de espaço na base governista e, ao fim, optou pela federação PSDB-Cidadania.

Embora alegue falta de espaço no grupo do Palácio das Esmeraldas, ele mantém nos bastidores relação com Marconi Perillo, que já havia atuado a seu favor em 2022, quando seu terceiro mandato na presidência da Câmara foi questionado no Supremo. Ainda não está claro se irá se engajar diretamente na disputa ao governo ou se manterá atuação mais discreta, concentrada na própria eleição.

Expansão da Alego sustenta crescimento eleitoral e reposiciona Bruno Peixoto

Na Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto percorre trajetória semelhante em escala ampliada, combinando expansão institucional com crescimento eleitoral e reorganização política dentro da base governista. Ele salta de 34.284 votos em 2018 para 73.692 em 2022, alcançando a maior votação da história da Casa, em um movimento que coincide com a ampliação da estrutura administrativa sob sua gestão.

O número de cargos comissionados cresce de 3.733 em 2022 para 5.712 em 2026, segundo dados

administrativos da Assembleia Legislativa, enquanto a folha mensal com pessoal chega a R\$ 40,3 milhões. A criação de novas diretorias, a ampliação de benefícios e a expansão das estruturas de gabinete aumentam a capacidade de articulação política e fortalecem a base construída a partir da presidência.

Ao mesmo tempo, a interiorização das atividades da Assembleia, com programas como o Deputados Aqui, leva a estrutura do Legislativo aos municípios e reforça a presença institucional junto ao

eleitorado. Esse movimento reproduz, no âmbito do Legislativo, estratégias tradicionalmente associadas ao Executivo, aproximando o mandato da prestação direta de serviços e ampliando sua visibilidade política.

O resultado é uma estrutura que não apenas organiza o funcionamento da Casa, mas opera como instrumento de formação de base eleitoral. A presidência da Assembleia passa a concentrar capacidade de distribuição política e alcance territorial, o que explica a consistência do crescimento eleito-

ral associado ao cargo.

Mesmo com esse avanço, Bruno foi preterido nas disputas majoritárias da base, tanto na Prefeitura de Goiânia em 2024 quanto na composição para vice-governador em 2026. A resposta foi a negociação. Após estruturar sua saída para a federação Solidariedade-PRD, recuou e assumiu a presidência estadual do União Brasil em articulação nacional, assumindo o controle da sigla que orbitava o grupo de Ronaldo Caiado e também era disputada por Gracinha Caiado.

Ao assumir o comando do partido, Bruno passa a controlar fundo partidário, formação de chapas e articulação com prefeitos, o que o consolida como principal operador político da legenda no estado.

Nos legislativos de Goiânia e de Goiás, o que se vê não é apenas uma reorganização partidária, mas a consolidação de um modelo em que o comando das Casas passa a funcionar como ativo eleitoral e transforma em voto um capital construído dentro do poder público.

PENDURICALHOS

Decisão que recria quinquênios pode provocar efeito cascata no funcionalismo

cnpj

CNJ e CNMP regulamentaram decisão do STF na quinta-feira; cientista político vê manutenção de privilégios e aumento do descrédito

Carla Borges

A regulamentação dos chamados “penduricalhos” para magistrados e membros do Ministério Público, formalizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sob orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) na quinta-feira (9), foi apresentada como um esforço de organização e contenção de excessos. Na prática, estabelece limites para verbas indenizatórias, padroniza critérios e retira benefícios considerados irregulares.

Ainda assim, a medida é vista por críticos como um “freio de arrumação” insuficiente diante de uma estrutura remuneratória que continua permitindo a ampliação de ganhos por diferentes mecanismos. O cientista político Pedro Célio Alves Borges avalia que o processo revela mais continuidade do que ruptura. Para ele, iniciativas que poderiam representar uma contenção mais profunda foram absorvidas pela própria dinâmica interna do Judiciário.

“É incrível como no Judiciário as coisas públicas acabam funcionando em benefício de interesses não públicos”, diz Pedro Célio. “A iniciativa do ministro Flávio Dino deu indícios de quebrar essa máxima, mas acabou sendo driblada pelos seus pares dentro da burocracia do Judiciário. Na prática, o CNJ e o CNMP restabeleceram penduricalhos que poderiam ser eliminados, para o bem da norma republicana”, constata.

Nesse sentido, diz, CNJ e CNMP preservam uma estrutura que funciona mais à



CNJ e CNMP regulamentam decisão que pode manter privilégios e gerar efeito cascata

base de “castas” do que de princípios republicanos. A crítica reforça a percepção de que mudanças institucionais no setor frequentemente esbarram na força de corporações bem-organizadas.

QUINQUÊNIO

O ponto mais sensível da decisão do STF foi a recriação do adicional por tempo de serviço, agora rebatizado como “parcela de valorização por antiguidade”, mas que é mais conhecido como o bom e velho quinquênio. O benefício prevê acréscimo de 5% a cada cinco anos de carreira, podendo chegar a 35% do subsídio.

Embora a Corte tenha estabelecido teto de 35% para verbas indenizatórias, a combinação das regras pode resultar em aumentos expressivos de remuneração, levantando questionamentos sobre o impacto real do chamado teto constitucional.

Na prática, a reorganização não elimina mecanismos de expansão salarial, mas os reestrutura sob novas categorias jurídicas, o que, segundo especialistas, mantém aberta a possibilidade de distorções.

EFEITO CASCATA PREOCUPA ESPECIALISTAS

Outro ponto de atenção é o chamado efeito cascata. Carreiras do funcionalismo público já passaram a pressionar pela extensão de benefícios semelhantes, o que pode ampliar despesas e



Pedro Célio, cientista político: “É incrível como no Judiciário as coisas públicas acabam funcionando em benefício de interesses não públicos”

SAIBA MAIS

O texto aprovado estabelece as seguintes indenizações para as carreiras do Judiciário:

- ✓ diárias;
- ✓ ajuda de custo em caso de remoção, promoção ou nomeação que importe em alteração do domicílio legal;
- ✓ gratificação pelo exercício em comarca, sede, função, ofício ou unidade de difícil provimento;
- ✓ indenização de férias não gozadas de 30 (trinta) dias por exercício;
- ✓ gratificação por exercício cumulativo de jurisdição, atribuição ou ofício de até 35% do subsídio;
- ✓ auxílio-saúde, mediante comprovação do valor efetivamente pago;
- ✓ abono de permanência de caráter previdenciário;
- ✓ gratificação de proteção à primeira infância e à maternidade, para quem possua filhos de até seis anos, de até 3% do subsídio;
- ✓ auxílio-moradia, equivalente a 25% o valor da remuneração do membro do MP ou magistrado, conforme resolução do CNMP.

De tais indenizações, as duas últimas — gratificação de proteção à primeira infância e auxílio-moradia — não constavam da tese do STF.

intensificar disputas internas por vantagens remuneratórias. “Essa manutenção dos privilégios deve gerar um efeito cascata, de impelir outras categorias profissionais a reivindicarem o mesmo, com base nos artifícios utilizados nesse caso”,

pontua Pedro Célio.

O impacto potencial não se limita ao orçamento. Especialistas alertam para o risco de aprofundamento de desigualdades entre carreiras do Estado, já que grupos com maior capacidade de articulação política tendem a

conquistar mais benefícios.

Também há debate jurídico sobre a natureza das parcelas classificadas como indenizatórias. Para especialistas, benefícios como adicional por tempo de serviço têm caráter claramente remuneratório e, portanto, não deveriam ser enquadrados como indenização.

A flexibilização dessa classificação é vista como um ponto de tensão, pois amplia o espaço para interpretações que, embora legais, podem enfraquecer a coerência do sistema remuneratório do serviço público.

DESGASTE INSTITUCIONAL

As implicações, segundo críticos, também são institucionais. A manutenção ou recriação de benefícios é apontada como fator de desgaste da imagem do Judiciário, especialmente em um contexto de maior cobrança por transparência e eficiência.

Para Pedro Célio, as consequências são várias, dentro de um mesmo contexto. “A continuidade do descrédito sofrido pelo Judiciário, atualmente agravado pelo escândalo do Banco Master e pelo enredamento de ministros (Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Mendonça de Barros) em graves denúncias”, cita.

O debate ocorre em paralelo a discussões mais amplas sobre desigualdade social e condições de trabalho no país. Enquanto se discutem ajustes em carreiras de alta remuneração no serviço público, milhões de trabalhadores seguem submetidos a jornadas extensas e condições precárias, como a escala 6x1, ainda sem avanços significativos em sua revisão.

No balanço geral, a avaliação predominante entre críticos é de que o sistema avança em ajustes pontuais, mas sem uma mudança estrutural. Reduzem-se alguns benefícios, reclassificam-se outros, mas preserva-se a lógica de ampliação de ganhos por meio de reinterpretções normativas.

O resultado, segundo essa leitura, é um modelo que se adapta às pressões externas sem alterar sua essência. O freio existe, mas não muda o percurso.

ANAPOLINOS

De Goiás para o Brasil: Anápolis consolida tradição de exportar lideranças

Fotos: Reprodução

De nomes históricos a novos protagonistas, cidade revela influência crescente no cenário político brasileiro

Carlos Nathan Sampaio

Anápolis, conhecida por sua força econômica e localização estratégica em Goiás, também carrega uma tradição cada vez mais visível: a formação de lideranças políticas que ultrapassam as fronteiras do estado e ganham projeção nacional. Se no passado a cidade já havia revelado nomes de peso para a política goiana, hoje o movimento ganha novas proporções, com anapolinos ocupando cargos estratégicos em diferentes estados e até no governo federal, evidenciando uma capacidade contínua de projeção de quadros políticos.

Esse histórico tem raízes antigas. Lideranças como Henrique Santillo, Irapuan Costa Júnior e Onofre Quinan ajudaram a consolidar a relevância de Anápolis na política estadual, criando uma tradição que, ao longo dos anos, se manteve viva e, mais recentemente, passou a se expandir para além das fronteiras goianas.

Entre os exemplos mais emblemáticos dessa expansão está Mauro Mendes, natural de Anápolis e ex-governador de Mato Grosso. À frente do Executivo estadual desde 2019, Mendes deixou o cargo recentemente para disputar uma vaga no Senado, figurando entre os principais nomes nas pesquisas de intenção de voto. Sua trajetória ilustra como políticos formados em Goiás têm conquistado espaço e protagonismo em outras unidades da federação.

Situação semelhante é observada com Antônio Denarium, também nascido em Anápolis e ex-governador de Roraima. Após dois mandatos consecutivos, ele



Felipe Mabel, empresário e profissional da área da saúde, que se movimenta para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de Goiás



A cientista política Janine Mello, que assumiu o comando do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

renunciou ao cargo para entrar na disputa pelo Senado, liderando levantamentos eleitorais em um cenário competitivo. A presença de ambos em estados distintos reforça um padrão recente: o de lideranças anapolinas que constroem carreiras fora de seu território de origem, mas mantêm vínculo com a formação política adquirida na cidade.

No âmbito nacional, Ronaldo Caiado desponta como um dos nomes mais conhecidos oriundos de Anápolis. Com trajetória consolidada na política e posições firmes em áreas como economia e segurança pública, ele teve sua pré-can-

didatura à Presidência da República lançada recentemente, ampliando ainda mais o alcance da influência política associada à cidade.

A presença anapolina também se destaca na Esplanada dos Ministérios. A cientista política Janine Mello assumiu o comando do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recentemente, após anos de atuação no serviço público federal. Com formação acadêmica pela Universidade de Brasília e experiência em áreas estratégicas do governo, sua nomeação representa não apenas um avanço individual, mas também a consolidação de profissio-

nais oriundos do interior em posições de liderança nacional.

Outro nome de grande relevância é Henrique Meirelles, cuja carreira ultrapassa o campo político e alcança o sistema financeiro internacional. Nascido em Anápolis, ele foi presidente do Banco Central por quase uma década, ministro da Fazenda e candidato à Presidência da República. Sua trajetória inclui ainda cargos de liderança em instituições financeiras globais, sendo reconhecido como uma das principais referências da economia brasileira nas últimas décadas.

Enquanto essas lideran-

ças consolidam carreiras de alcance nacional, uma nova geração começa a se formar. É o caso de Felipe Mabel, empresário e profissional da área da saúde, que se movimenta para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de Goiás. Com discurso voltado à eficiência administrativa e à gestão pública orientada por resultados, ele representa um perfil mais técnico, que busca se diferenciar pela abordagem pragmática.

A coexistência entre nomes experientes e novos aspirantes sugere que o fenômeno não é pontual. Ao contrário, aponta para a existência de um ambiente político e social que favorece a formação contínua de lideranças. Fatores como o dinamismo econômico, a posição estratégica no estado e o histórico institucional contribuem para que Anápolis mantenha sua relevância neste campo.

Mais do que um polo regional, a cidade passa a ser reconhecida como um centro formador de quadros políticos capazes de atuar em diferentes escalas. A expansão dessa influência, observada tanto em cargos executivos quanto em disputas eleitorais, reforça a ideia de que o protagonismo anapolino na política brasileira não apenas persiste, mas tende a se intensificar nos próximos anos.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Mudanças na Copa Verde não empolgam o torcedor

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) bem que tentou dar uma nova motivação à Copa Verde, promovendo alterações na competição, oferecendo uma premiação recorde superior a R\$ 5 milhões, distribuídos entre cotas e prêmios. O campeão receberá R\$ 400 mil e o vice fatura R\$ 250 mil, além de ambos garantirem vagas na Copa do Brasil de 2027, mas a competição não empolga e o resultado até o momento é pífilo.

Nas fases iniciais, a Copa Verde recebe a denominação de

Copa Centro-Oeste, passando a ser chamada de Copa Verde apenas na disputa entre as Regiões Norte e Centro-Oeste. A Copa tem um número maior de participantes, com a presença de equipes das regiões Norte, Centro-Oeste e convidados do Espírito Santo. Os representantes goianos na competição são Vila Nova, Anápolis e Atlético Goianiense, respectivamente campeão, vice-campeão e o terceiro colocado no campeonato goiano de 2025. Os campeões da Copa Centro-Oeste e da Copa Norte se enfrentam na final

da Copa Verde.

À exceção de Vila Nova, Atlético, Anápolis e Cuiabá, a maioria dos participantes são clubes desconhecidos, de baixa qualidade técnica. Para piorar, os principais clubes utilizam a competição para treinar jogadores que não estão jogando e para dar oportunidade a atletas das categorias de base, tornando a competição sem atrativo para o torcedor. O Cuiabá enfrentou o Atlético na semana que passou, com jogadores de 16 a 19 anos. Nessa partida, o Atlético também



Fotos: Divulgação

Atlético e Cuiabá se enfrentaram com equipes sub-20

foi representado por sua equipe Sub-20. O público foi diminuto, como era de se esperar.

Segundo os dirigentes de Vila Nova e Atlético, somente nas próximas fases, se as equipes se classificarem, é que colocarão em campo os times principais. Por enquanto, a prioridade é a Copa do Brasil e o Campeonato

Brasileiro da série B. A pergunta que fica é: por que aceitaram participar se a competição não desperta interesse técnico nem financeiro? O problema é que quando um determinado clube entra em uma competição oficial é sua marca que está exposta, como aconteceu com o Atlético Goianiense, que foi derrotado pelo desconhecido Porto Vitória do Espírito Santo, jogando em Cariacica, na região metropolitana de Vitória. Quem perdeu foi o Atlético, independente de quem estava em campo.

Copa Centro-Oeste retorna depois de 24 anos

O torneio regional não é uma novidade para o torcedor da região Centro-Oeste. A competição já foi disputada entre os anos de 1999 e 2002. O Goiás, com três títulos, é o maior vencedor do torneio. Outro campeão foi o Cruzeiro-MG, em 1999, ano em que as

equipes mineiras também disputaram a competição. Com as mudanças, a Copa Centro-Oeste passou a ser uma espécie de "braço" da Copa Verde, que colocará frente a frente os campeões das regiões Norte e Centro-Oeste. Muitas mudanças, pouca ou nenhuma

empolgação. Não se pode esperar muita coisa de um torneio que tem representantes da Região Norte, times do Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além das equipes de base dos times goianos. É uma competição fadada ao fracasso técnico e

financeiro. Somente os apaixonados por futebol ainda comparecem aos estádios para ver Porto Vitória, Rio Branco Operário-MS, Araguaína, Tocantinópolis e os garotos do Sub-20 de Atlético e Vila Nova. A CBF tentou, mas ainda não encontrou

uma solução para a copa Centro-Oeste ou Copa Verde. As duas juntas nada acrescentam, principalmente ao futebol goiano, que está acima dos demais estados participantes sob o ponto de vista técnico, financeiro e de reconhecimento em nível nacional.

A decadência do Atlético

A trajetória recente do Atlético Goianiense tem sido marcada por oscilações entre sucessos momentâneos e quedas de rendimento, com múltiplos rebaixamentos na última década e meia, o que caracteriza momentos de instabilidade na elite do futebol brasileiro. Depois de praticamente desaparecer do cenário do futebol goiano e brasileiro, o Atlético ressurgiu das cinzas graças aos abnegados dirigentes que reergueram o clube e o trouxeram de volta ao cenário do futebol nacional. O Atlético chegou a disputar a série B do futebol goiano e a série C do brasileiro,

mas superou a si mesmo e chegou à elite do futebol no Brasil e disputou com brilho as Copa do Brasil e Sul Americana.

Depois de três anos na elite nacional, o Dragão cometeu erros que o levou de volta à série B, onde se encontra até a temporada atual. A locomotiva saiu dos trilhos, mas antes fez campanhas excepcionais na Copa do Brasil e Sul Americana nos anos de 2020 e 2021. Daí para frente começaram os erros nas contratações de jogadores e nas trocas sucessivas de treinadores. Adson Batista, presidente do Clube, apresentou uma característica de compor-

tamento que comprometeu o elenco. Afeito a dar entrevistas nos finais das partidas, o dirigente muitas vezes tumultua o ambiente no próprio clube, aponta erros de jogadores e técnicos publicamente e desmerece o trabalho de treinadores, durante as entrevistas coletivas.

Adson Batista contratou recentemente o ex-auxiliar do clube, Eduardo Souza, que foi campeão catarinense em 2026 dirigindo o Barra de Camburiú. Se esqueceu, no entanto, que o futebol de Santa Catarina passa por uma crise sem precedentes, tanto que os principais

clubes, como Avaí, Figueirense e Joinville sequer disputaram o título. Figueirense e Joinville foram rebaixados para a segunda divisão do estadual. Eduardo Souza foi outro erro de Adson Batista, não tem o tamanho do Atlético e certamente será substituído. Há quem diga, que muitos técnicos no futebol brasileiro não querem vir para o Atlético, justamente por não concordarem com os métodos de trabalho do presidente do clube, que expõe o profissional quando o resultado não aparece.

Em 2026, o Atlético tem o pior início de série B desde

2009, quando voltou a disputar a segunda divisão do Campeonato Brasileiro, no formato de pontos corridos. Pela primeira vez, o Dragão perdeu os três primeiros jogos da série B e, pior que isso, é o lanterna do campeonato. Adson Batista anunciou seu ultimato para jogadores e comissão técnica: ou o time reage ou mudanças drásticas vão acontecer. "Tem gente que não merece vestir a camisa do Atlético", afirmou Adson. A pergunta que fica é: se não merecem vestir a camisa do rubronegro, porque foram contratados?

- ✓ O jovem Gustavo Puskas caiu nas graças do torcedor vilanovense e parte da imprensa. Depois de marcar o gol da vitória do Vila contra o Atlético, o jogador passou a ser visto como o grande nome da equipe colorada.

- ✓ Cuidado com a empolgação, o gol de Puskas contra o Atlético aconteceu muito mais em função da falha do goleiro Vladimir. Puskas está só começando a carreira, não pode dar ouvidos aos apaixonados da imprensa.

- ✓ O vice-presidente do Vila Nova, Hugo Bravo, rebateu as afirmações de Paulo Roberto Pinheiro sobre as dificuldades financeiras do clube esmeraldino. Hugo disse que o Goiás tem uma condição financeira muito superior a do Vila Nova. Até aí, tudo certo...

- ✓ Mas Hugo Bravo achou por bem se aventurar em assuntos totalmente fora de contexto. Além da questão financeira, disse que o Goiás foi o time mais beneficiado pela arbitragem na história do futebol goiano. "Perdeu

a chance de ficar calado".



Goiás x Cruzeiro devem jogar no Serra Dourada

- ✓ O Goiás avança em seu objetivo de disputar o jogo contra o Cruzeiro no estádio Serra Dourada. O gramado está sendo preparado por técnicos do próprio Goiás e a documentação exigida pela CBF está sendo providenciada.

- ✓ O jogo de ida, válido pela 5ª fase da Copa do Brasil será realizado no dia 22 de abril, às 19:30 hs, com a disponibilização de 38 mil ingressos para as torcidas de Goiás e Cruzeiro. A Construcap, administradora do Serra Dourada, está encarregada de deixar o estádio em condições para a partida.

- ✓ Quando jogava pelo Goiás, Fernandão afirmou que jamais jogaria pelo Vila Nova, em função da grande rivalidade existente entre os dois clubes. Seu filho Enzo, criado na base do Internacional, preferiu aproveitar a oportunidade que o Vila lhe ofereceu e deixar de lado as questões do coração.

- ✓ Na história de Vila e Goiás, ídolos de um lado e de outro vestiram as camisas dos dois times, como Tuíra, Túlio Maravilha e Luvanor, que brilharam no alviverde acabaram jogando no colorado, enquanto Lincoln, Roni, Luciano e Bé foram ídolos no Vila Nova e depois defenderam as cores do Goiás.



Enzo, filho de Fernandão, buscando uma vaga no time titular do Vila Nova

- ✓ Enzo, volante do Vila Nova, filho do ídolo esmeraldino Fernandão, vem aproveitando a oportunidade de atuar na Copa Centro-Oeste para se firmar no elenco principal do colorado. Contra o Primavera-MT, marcou um belo gol de falta.

ESCOLA

POLÍTICA PÚBLICA

Entre avanços e alertas, educação pressiona eleições e cobra prioridade absoluta

Com bons indicadores nos primeiros anos, Goiás expõe desafio nacional: garantir aprendizagem até o ensino médio e reduzir desigualdades históricas

Dhayane Marques

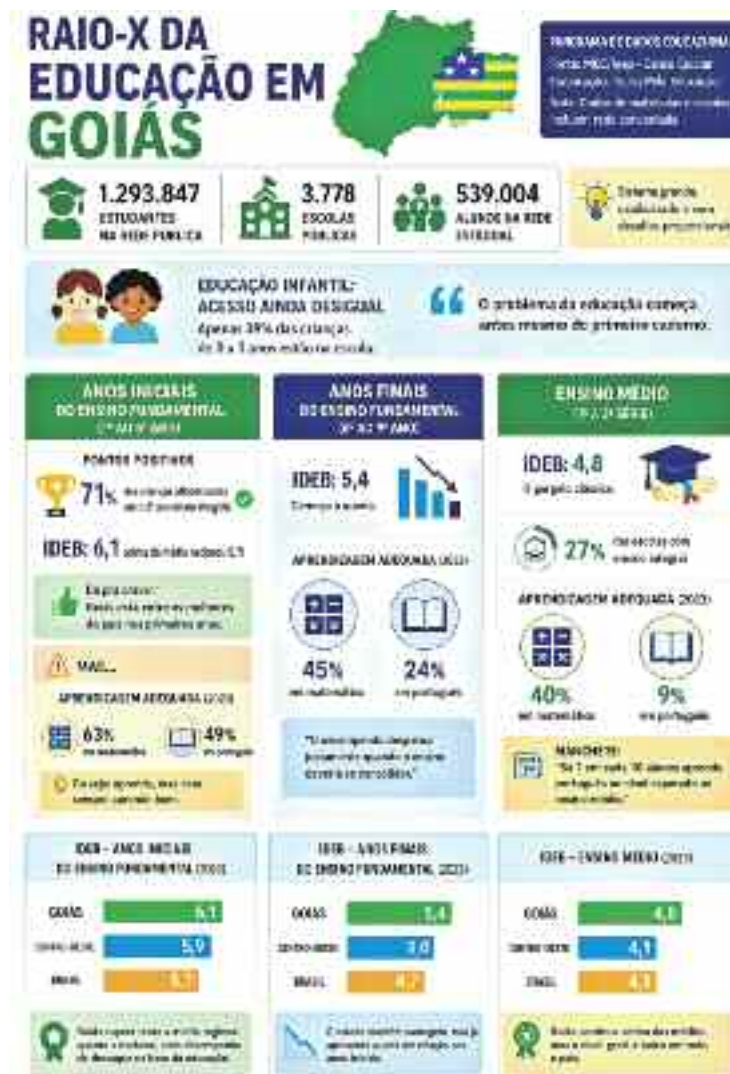
A educação brasileira entra no centro do debate político em um momento de contraste entre avanços regionais e desafios estruturais. Em Goiás, os indicadores mais recentes mostram resultados positivos, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, ao longo da trajetória escolar, problemas que se repetem em todo o país passam a comprometer a aprendiza-

gem dos estudantes.

No cenário estadual, os dados apontam avanços consistentes. Goiás alcançou índice de desenvolvimento da educação básica de 6,1 nos anos iniciais, acima da média nacional, e registra 71% das crianças alfabetizadas até o segundo ano. Os números indicam que políticas voltadas à alfabetização e ao acesso têm apresentado resultados concretos.

Esse desempenho, no entanto, não se mantém nas etapas seguintes. A queda no rendimento ao longo da trajetória escolar não é um fenômeno isolado do estado, mas um reflexo de uma fragilidade estrutural da educação brasileira. Nos anos finais do ensino fundamental, a aprendizagem diminuiu, especialmente em língua portuguesa e matemática, o que compromete a consolidação do conhecimento.

No ensino médio, o problema se intensifica e revela um padrão nacional. O índice de desenvolvimento cai e os níveis de aprendizagem



atingem patamares críticos. Em língua portuguesa,

menos de 10% dos estudantes alcançam o nível adequa-

do. O dado não se limita a Goiás e evidencia um dos principais gargalos da educação no país: a incapacidade de garantir aprendizagem até o fim da educação básica.

Outro desafio que combina fatores locais e nacionais está na educação infantil. Em Goiás, apenas 39% das crianças de até três anos estão matriculadas em creches. Embora o dado reflita a realidade do estado, ele também acompanha um padrão nacional marcado por baixa oferta e desigualdade de acesso, sobretudo entre famílias de diferentes níveis de renda.

Especialistas apontam que Goiás conseguiu avançar naquilo que depende diretamente da gestão local, como alfabetização e organização da rede nos anos iniciais. Por outro lado, enfrenta limitações que estão ligadas à estrutura do sistema educacional brasileiro, como a falta de integração entre etapas, a desigualdade social e a ausência de políticas nacionais mais coordenadas.

Ensino médio expõe desigualdade e revela onde a educação perde o aluno em Goiás

Se nos anos iniciais Goiás apresenta resultados positivos, é no ensino médio que os problemas mais profundos da educação se tornam evidentes. Os dados revelam um cenário que vai além da queda no desempenho e expõe desigualdades sociais que impactam diretamente a aprendizagem dos estudantes.

O índice de desenvolvimento da educação básica no ensi-

no médio é de 4,8, abaixo do registrado nas etapas anteriores. O número, por si só, já indica dificuldade, mas ganha ainda mais peso quando associado aos níveis de aprendizagem. Apenas 40% dos estudantes atingem desempenho adequado em matemática e, em língua portuguesa, o percentual não chega a 10%. Na prática, isso significa que apenas

um em cada dez alunos conclui essa etapa com domínio esperado da leitura e da escrita.

A limitação no acesso ao ensino integral agrava o cenário. Em Goiás, somente 27% das escolas oferecem essa modalidade, o que reduz o tempo de permanência do estudante na escola e limita oportunidades de aprofundamento do aprendizado, especialmente para alunos

de contextos mais vulneráveis.

O problema não se restringe ao desempenho. A distorção idade-série, que indica estudantes com atraso escolar de dois anos ou mais, ainda é uma realidade presente. Esse atraso está diretamente relacionado a fatores como repetência, evasão e dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da trajetória.

A desigualdade social também aparece como um dos principais elementos que explicam o cenário. Estudantes de famílias com menor renda, além de enfrentarem maior dificuldade de acesso à educação infantil, tendem a carregar lacunas de aprendizagem que se ampliam com o passar dos anos. As diferenças também se refletem em recortes raciais.

Novo PNE tenta enfrentar falhas estruturais da educação brasileira, mas execução é principal desafio

O novo Plano Nacional de Educação surge como uma tentativa de enfrentar problemas estruturais que impactam todo o sistema educacional brasileiro. Entre eles estão a desigualdade de acesso, a baixa aprendizagem no ensino médio e a fragmentação das políticas públicas entre União, estados e municípios.

O projeto estabelece metas amplas para a próxima década, como a ampliação do atendimento em creches, a universalização da pré-escola, a expansão da educação integral e a melhoria dos níveis de aprendizagem. Também prevê aumento do investimento em educação e valorização dos profissionais da área.

Apesar disso, especialistas apontam que o principal desafio não está na formulação das metas, mas na capacidade de execução. A análise do movimento Todos Pela Educação indica que alguns objetivos, especialmente os relacionados ao ensino médio, estão distantes da realidade atual do país.

O professor doutor João

Ferreira de Oliveira, da Universidade Federal de Goiás, avalia que uma das principais fragilidades da educação brasileira é a ausência de articulação entre os sistemas de ensino. Segundo ele, o país opera com redes fragmentadas, o que dificulta a implementação de políticas integradas.

De acordo com o especialista, a proposta de criação de um sistema nacional de educação pode representar um avanço ao estabelecer uma governança baseada na colaboração entre União, estados e municípios. A expectativa é que essa articulação contribua para reduzir desigualdades e melhorar a distribuição de recursos.